

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXV ENANCIB

GT 10 – Informação e Memória

ECOS DA ABOLIÇÃO: REPRESENTAÇÕES DA LIBERDADE E DA JUSTIÇA NO JORNAL VERDADE (1888-1889)

ECHOES OF ABOLITION: REPRESENTATIONS OF FREEDOM AND JUSTICE IN THE NEWSPAPER VERDADE (1888-1889)

Karina Ceci de Sousa Holmes – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Edilson Targino de Melo Filho – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este estudo investiga as representações da liberdade e da justiça racial no jornal *Verdade* (1888-1889), um veículo abolicionista atuante na cidade de Areia-PB. A partir da análise documental e discursiva dos textos publicados, busca-se compreender como o jornal articulava narrativas sobre a luta abolicionista e os direitos das pessoas libertas. A pesquisa baseia-se nos estudos decoloniais e nas teorias críticas da informação, explorando o papel da imprensa na construção de discursos sobre raça, cidadania e poder. Os resultados evidenciam que o jornal *Verdade* não apenas registrou os acontecimentos da época, mas também atuou ativamente na luta pela emancipação das pessoas escravizadas, contribuindo para a resistência contra o epistemicídio e a invisibilização histórica.

Palavras-chave: abolicionismo; imprensa negra; estudos decoloniais.

Abstract: This study investigates representations of freedom and racial justice in the newspaper *Verdade* (1888-1889), an abolitionist publication in Areia-PB. Through documentary and discourse analysis, it seeks to understand how the newspaper structured narratives about the abolitionist struggle and the rights of freed individuals. The research draws on decolonial studies and critical information theories, exploring the press's role in constructing discourses on race, citizenship, and power. The findings show that *Verdade* not only recorded events of the time but also actively engaged in the fight for the emancipation of enslaved people, contributing to resistance against epistemicide and historical invisibilization.

Keywords: abolitionism; black press; decolonial studies.

1 ABRINDO CAMINHOS

A imprensa foi uma das ferramentas mais eficazes na difusão de ideias e mobilizações políticas no período oitocentista brasileiro, especialmente no contexto das lutas pela abolição da escravidão. Em um país profundamente marcado pela desigualdade racial e pela herança escravocrata, os jornais desempenharam um papel estratégico na construção de discursos

abolicionistas, ao mesmo tempo em que registraram — e disputaram — as representações públicas sobre liberdade, cidadania e justiça social. Nesse cenário, o jornal *Verdade* (1888–1889), fundado na cidade de Areia-PB em 1888, destaca-se como um veículo comprometido com a denúncia das práticas escravistas remanescentes e com a afirmação de um novo projeto de sociedade baseado nos princípios republicanos e nos ideais de emancipação negra.

O jornal *Verdade* nasce em consonância com o debate em nível nacional, todavia, situado em uma pequena cidade localizada no brejo paraibano. De acordo com Queiroz (2021, p. 19)

[...] a tiragem do jornal [Verdade] era de cerca de duzentos exemplares, sendo publicado na tipografia do jornal Areiense. Já na primeira edição, o jornal trouxe a lista dos últimos proprietários de escravos, como uma forma de causar pressão na opinião pública. Essa edição trazia também uma crítica ao “bárbaro costume” de açoitar os libertos ou ingênuos mantidos ainda em cativeiro.

Publicado entre 1888 e 1889, o jornal *Verdade* não apenas participou da campanha abolicionista local, mas também continuou sua atuação no período pós-abolição, ao denunciar situações de escravização ilegal, abusos contra libertos e resistências à implementação plena da liberdade. O jornal converteu-se em espaço de tensionamento das estruturas de poder racial e social, ao vocalizar as demandas de justiça e dignidade para os ex-escravizados. Tanto que,

O jornal *Verdade*, nº. 91, de março de 1889, em edição comemorativa, após um ano das festas de 03 de maio, comentando a proximidade do aniversário, relembra os memoráveis dias e crítica a Câmara Municipal por nem ao menos preparar os atos da solenidade, mesmo tomando para si uma pretensa dianteira na solução do problema da escravidão. E ratificam a ideia precípua do jornal: “Somos em 89 o que fomos em 88 e o que seremos até o último dia de nossa existência – abolicionistas convictos” (Queiroz, 2021, p. 24).

Perseguindo o ideal libertário, e já com a vitória abolicionista, o jornal *Verdade* se firma nos preceitos republicanos, e assim, torna-se um documento essencial para compreender os significados atribuídos à liberdade no imediato pós-abolição e as estratégias discursivas mobilizadas para legitimar ou contestar projetos políticos de nação e de cidadania, bem como se fortalece no, presente, enquanto espaço de recordação (Assmann, 2011).

Sendo assim, temos no presente artigo como objetivo: Analisar as representações da liberdade e da justiça racial nos textos publicados pelo jornal *Verdade*, investigando como essas categorias foram construídas e discutidas no interior do periódico.

A pesquisa parte do pressuposto de que os discursos produzidos pelo jornal expressam não apenas posicionamentos políticos circunstanciais, mas também visões de mundo, formas de resistência e projetos de futuro articulados a partir da experiência concreta dos sujeitos negros em Areia/PB. Tornando - o como um meio de justiça social o que segundo Kimberly Black (2022), está ancorado na promoção ativa da equidade, da redistribuição do poder e do desmantelamento das estruturas institucionais que perpetuam o racismo sistêmico. Para a autora, justiça racial não se limita a uma declaração de princípios, mas implica práticas concretas que reposicionam sujeitos historicamente marginalizados como agentes centrais no processo de produção de conhecimento, no acesso à informação e na formulação de políticas institucionais.

No presente artigo, justiça racial é mobilizada como uma lente analítica para compreender como o jornal *Verdade* (1888–1889) atuou como instrumento político e informacional na luta contra a escravidão e na promoção da cidadania negra em Areia-PB. Ao denunciar abusos, registrar alforrias, reivindicar direitos e promover discursos de liberdade, o periódico contribuiu para a reparação simbólica e política de uma população sistematicamente excluída. Assim podemos dizer que o jornal *Verdade* continua e poderá continuar com a justiça social a partir do manuseio onde vão disparar gatilhos para que a memória ressignifique fatos e acontecimentos que descrevem o nosso passado. Desta maneira considerando os artefatos e os registros como potencial informacional que permitem a produção dos gatilhos de memória (Holmes; Oliveira, 2023).

No campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, justiça racial tem sido cada vez mais discutida como um compromisso ético e epistemológico, que envolve práticas de preservação da memória negra, reorganização de acervos sob perspectivas antirracistas e enfrentamento ao epistemicídio que historicamente silenciou produções negras. Assim, a incorporação da justiça racial no escopo das políticas e práticas informacionais aponta para a construção de uma infraestrutura de informação mais equitativa, plural e reparadora.

A relevância da pesquisa está na possibilidade de iluminar aspectos ainda pouco explorados da história local do abolicionismo e do pós-abolição no Nordeste, contribuindo para a ampliação do debate sobre a imprensa negra e aliada como espaço de produção de saberes insurgentes e de contra-arquivamento das experiências negras.

Ao focalizar um jornal de circulação modesta, porém profundamente engajado, pretende-se evidenciar como a luta por liberdade não se esgotou com a assinatura da Lei

Área, mas continuou por meio de ações cotidianas, articulações políticas e disputas simbólicas travadas também nas páginas dos jornais.

Metodologicamente, o estudo se apoia na análise documental e discursiva das edições disponíveis do jornal *Verdade*, com base nos aportes teóricos dos estudos decoloniais¹, das teorias críticas da informação² e das discussões sobre justiça informacional³ e epistemicídio⁴.

O fundamento deste presente que tem como alicerce a teoria crítica da informação, compreendida como um campo que investiga as dimensões políticas, éticas e sociais da informação, orientado para a emancipação e a justiça social (Frohmann, 1992). As análises também dialogam com os estudos decoloniais (Mignolo, 2008; Quijano, 2005) e com o conceito de justiça informacional (Mathiesen, 2015), compondo um arcabouço teórico que permite examinar o jornal *Verdade* como instrumento de resistência ao epistemicídio e de afirmação da cidadania negra. A justiça racial é aqui compreendida como princípio orientador que busca eliminar as desigualdades estruturais baseadas na raça, garantindo que grupos historicamente marginalizados tenham igualdade de acesso e participação plena nos recursos sociais, econômicos e culturais — o que, no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, implica repensar práticas, serviços e políticas de maneira a reconhecer, valorizar e preservar as produções intelectuais negras e indígenas (Black, 2022).

Nesse sentido, a justiça informacional — conceito emergente no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação — refere-se à equidade no acesso, uso, produção e compartilhamento da informação em contextos marcados por desigualdades sociais,

¹ Os estudos decoloniais compreendem um conjunto de abordagens críticas que buscam desvelar e superar as estruturas de poder, conhecimento e ser herdadas da colonização, enfatizando a valorização de epistemologias e práticas produzidas por povos historicamente subalternizados (Mignolo, 2008; Quijano, 2005). No presente trabalho, tal perspectiva é mobilizada para compreender como o Jornal *Verdade* desafiou narrativas hegemônicas e atuou na construção de memórias contra-hegemônicas da população negra.

² A teoria crítica da informação é aqui tomada como abordagem que investiga as dimensões políticas, éticas e sociais da informação, articulando-se com princípios de emancipação e justiça social (Frohmann, 1992). Esta pesquisa adota tal referencial para analisar o papel da informação enquanto prática social engajada na transformação das condições de opressão racial.

³ A justiça informacional refere-se à equidade no acesso, uso, produção e compartilhamento da informação, especialmente em contextos de desigualdade social e epistêmica. É entendida como um subconjunto da justiça social, voltado às dinâmicas informacionais (Johnson, 2018; Mathiesen, 2015). Neste trabalho, ela orienta a análise da atuação do *Jornal Verdade* como veículo de resistência ao epistemicídio e de promoção da cidadania negra.

⁴ O termo *epistemicídio*, formulado por Aparecida Sueli Carneiro (2005), refere-se à negação e destruição sistemática dos saberes de grupos racializados, deslegitimando suas epistemologias nos espaços de produção e circulação do conhecimento. No artigo, o conceito é mobilizado para analisar o *Jornal Verdade* como contrarquivo e instrumento de resistência. Para aprofundamento, ver: CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

tecnológicas e epistêmicas. Para Mathiesen (2015), trata-se da promoção da justiça para pessoas e comunidades em suas atividades como buscadoras, fontes e sujeitos de informação, configurando-se como um subconjunto da justiça social aplicado às dinâmicas informacionais. Johnson (2018) reforça que ela envolve um julgamento ético fundamental sobre a distribuição da informação e seus efeitos na autodeterminação e no desenvolvimento humano. No presente estudo, essa perspectiva é empregada para analisar como o jornal *Verdade* não apenas denunciou a escravidão e o racismo, mas também promoveu práticas contra-hegemônicas de circulação e preservação do saber negro. Tais ações contribuíram para a construção de memórias coletivas e para a formação de um espaço público alternativo, alinhado à concepção de justiça informacional defendida por Silva *et al.* (2022), que a vinculam a ações críticas e pedagógicas comprometidas com a transformação social e racial.

Portanto, parte-se da concepção de que os jornais podem ser considerados extensores de memória pois “mesmo que as capacidades memoriais estritamente humanas sejam consideráveis, o homem quase nunca está satisfeito com seu cérebro como unidade única de estocagem de informações memorizadas e, desde muito cedo, recorre a extensões da memória” (Candau, 2016, p. 107).

Os extensores de memória têm o poder de disparar gatilhos e quando acessados despertam sensações das quais nos transporta através das lembranças preservadas na memória e arenas discursivas, a diferentes projetos de sociedade construídos, tensionados e negociados. Corroborando Bernardina Freire (2021)⁵ que quando nos referimos a dispositivos de memória não se refere a hardware software, refere-se a essa possibilidade ou esse conjunto de possibilidades que têm de controle, de capturar, de orientar, de assegurar ou de determinar condutas, isso são as opiniões, os discursos, enfim, isso tudo são dispositivos.

E ao trazer à tona os “ecos da abolição” reverberados nas páginas do jornal *Verdade*, busca-se que sejam disparados os gatilhos da memória para que possamos contribuir para a valorização da memória histórica negra e para a construção de uma bibliografia crítica que confronte os apagamentos ainda presentes na historiografia oficial.

2 CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O ENTENDIMENTO

⁵ Fala da professora Bernardina Freire na aula da Pós-Graduação em Ciência da Informação - (UFPB) na disciplina Informação, Memória e Sociedade, no dia 17 de maio de 2021.

A pesquisa desenvolvida adota uma abordagem qualitativa, voltada para a compreensão profunda de fenômenos sociais e culturais relacionados à resistência racial e à construção da cidadania negra através da imprensa (Silveira; Córdova, 2009). A ênfase não está na representatividade numérica dos dados, mas na interpretação crítica dos sentidos atribuídos às práticas discursivas no jornal *Verdade*.

Trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratória e documental, pois se baseia na coleta, classificação, descrição e interpretação de dados extraídos de documentos históricos – especificamente as edições do periódico *Verdade* publicadas entre 1888 e 1889 (Silveira; Córdova, 2009).

O método empregado é o da análise documental crítica com inspiração na análise discursiva, integrando teoria e técnica na abordagem dos registros históricos, como propõe Minayo, Deslandes e Gomes (2009).

O processo metodológico foi norteado pela concepção de que "a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operação do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, capacidade pessoal e sua sensibilidade)" (Minayo; Deslandes; Gomes, 2009, p. 14).

A coleta de dados envolveu a seleção, recuperação, leitura crítica e análise das edições disponíveis do jornal, com a utilização de recursos tecnológicos como a digitalização dos acervos e a organização de materiais em plataformas colaborativas (Google Drive), o que possibilitou o trabalho remoto e integrado da equipe de pesquisa no âmbito da observação em 2024.

As etapas metodológicas seguiram o seguinte fluxo:

- a) Separação e seleção dos exemplares do jornal *Verdade*;
- b) Higienização e digitalização dos materiais coletados;
- c) Análise crítica e descritiva das informações extraídas, incluindo editoriais, notas, artigos e colunas de destaque;
- d) Elaboração de fichas de descrição para sistematizar as informações principais;
- e) Organização e representação descritiva dos dados;

E seguindo o fluxo acima descrito foi possível a construção de inferências analíticas sobre as representações de liberdade no contexto do pós-abolição.

Apesar das dificuldades enfrentadas, como a má conservação de alguns exemplares, a imersão no acervo permitiu a reconstrução de fragmentos da memória coletiva negra de

Areia/PB, proporcionando uma reflexão crítica sobre os desafios do pós-emancipação e o papel da imprensa como mecanismo de luta contra o epistemicídio.

A análise dos dados foi orientada pela perspectiva dos estudos decoloniais e das teorias críticas da informação, considerando que os jornais funcionam como arenas de disputa simbólica, produção de saberes e preservação de memórias insurgentes⁶ (Walsh, 2007).

Portanto, o percurso metodológico adotado possibilitou não apenas o resgate de registros históricos, mas também a construção de uma leitura crítica da imprensa negra enquanto instrumento de resistência e de promoção da justiça informacional. Como também possibilitou com que pesquisadores que se desafiaram a estar nessa construção a compreender e entender como os movimentos eram realizados em um tempo em que a liberdade deveria ser para todas(os) além de poder sentir dentro do peito e através das informações as dores de quem desejavam ou melhor desejam apenas ser “humano” que tem o desejo de poder dar seus gritos através de sua própria liberdade.

3 O JORNAL VERDADE E A LUTA ABOLICIONISTA

O jornal *Verdade* atuou como um importante veículo de resistência, denunciando injustiças e reivindicando direitos para as pessoas ex-escravizadas. Os textos publicados abordavam não apenas a celebração da abolição, mas também os desafios enfrentados pelas pessoas libertas em sua inserção social e econômica. A análise documental revelou que o periódico desempenhava funções de registro, denúncia e mobilização social.

Observa-se que o jornal *Verdade* desempenhava uma função pedagógica, informando e mobilizando a população sobre a necessidade de garantir a plena cidadania aos recém-libertos.

Entre as edições analisadas, destacam-se textos que não apenas celebraram a abolição formal da escravidão, mas que também expuseram os mecanismos de manutenção das desigualdades raciais e sociais.

O jornal enfatizava a luta contínua pela liberdade plena, entendida como acesso à cidadania, à educação, ao trabalho digno e à participação política.

Tabela 1 - Edições analisadas do Jornal *Verdade*

⁶ Pessoas que se rebelam ou levantam-se em oposição a um governo ou autoridade estabelecida, geralmente através de resistência armada

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

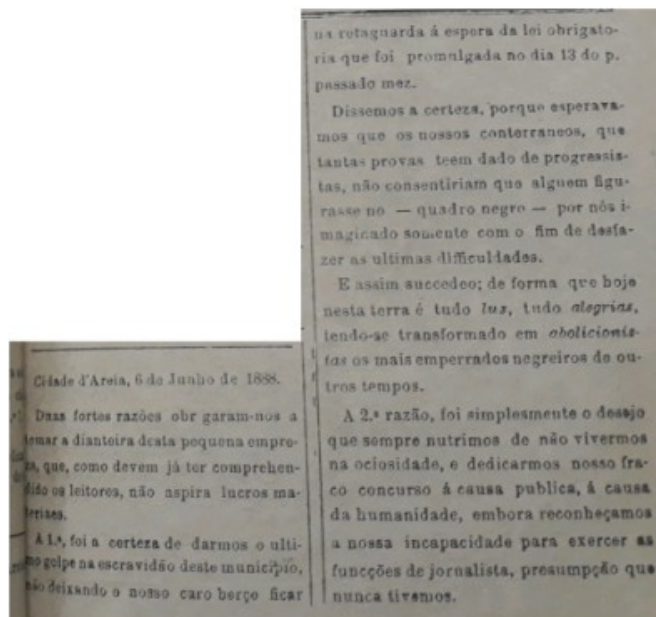
Data	Número	Tema Principal	Observações
05/04/1888	2	Mobilização abolicionista local	Libertações em Pilões; denúncia de escravistas
11/04/1888	3	Radicalização da luta abolicionista	Defesa da destruição total dos redutos escravistas
18/04/1888	4	Liberdade e função da polícia	Discussão sobre papel da polícia na garantia de direitos
24/04/1888	5	Trabalho livre e cidadania	Crítica à liberdade condicional; projeto de trabalho Livre
03/05/1888	6	Comemoração da libertação de Areia	Celebração do 3 de maio como “Areia Livre”
10/05/1888	8	Brasil Livre	Exportação à liberdade espiritual e consciência nacional
06/06/1888	11	Garantias legais pós-abolição	Denúncia de perseguições aos libertos
11/06/1888	12	Memória da abolição	Reflexão sobre a construção histórica da liberdade
28/09/1888	40	Aniversário da Lei do Ventre Livre	Edição em homenagem ao aniversário da libertação do ventre da mãe escrava.
03/05/1889	105	Primeiro aniversário de Areia Livre	Enaltecimento da memória coletiva da abolição
30/03/1889	91	Reflexão sobre emancipação municipal	Ressignificação da luta local

Fonte: Acervo Biblioteca Setorial CCA/UFPB (2025)

Esses resultados indicam que o jornal *Verdade* não foi apenas um repositório de eventos, mas uma ferramenta ativa na formação de uma consciência crítica sobre a liberdade e os direitos civis da população negra. O jornal antecipava, em muitos momentos, os debates que hoje encontramos nos estudos decoloniais e na teoria crítica da informação.

Figura 1 - Editorial jornal *Verdade*. ANNO I. Nº 11, de 06 de junho de 1888.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025



Fonte: Acervo Biblioteca Setorial CCA/UFPB (2025)

Como destacam Mignolo (2008) e Quijano (2005), o pensamento decolonial busca desestabilizar as narrativas hegemônicas impostas pela colonialidade do poder, algo que o jornal *Verdade* já intuía ao problematizar a liberdade meramente formal e reivindicar a liberdade substantiva para os ex-escravizados.

A capa do jornal *Verdade*, ANNO I. Nº 40 exposta na Figura 2, datada de 28 de setembro de 1888, destaca em letras de grande tamanho a “Homenagem ao glorioso dia 28 de setembro” (Homenagem[...], 1888, p. 1) referindo-se ao aniversário da Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro de 1871. O subtítulo, “Aniversário da libertação do ventre da mãe escrava” (Homenagem[...], 1888, p. 1), revela não apenas o marco jurídico formalizado por essa lei, mas também a forma como o periódico buscava comunicar à população a importância dessa conquista no processo abolicionista.

Figura 2 - Capa jornal *Verdade*. ANNO I. Nº 40, de 28 de setembro de 1888.



Fonte: Acervo Biblioteca Setorial CCA/UFPB (2025)

A expressão “abolição do ventre da mãe escrava” carrega uma reflexão poderosa. Embora tenha representado um avanço no sentido formal, a Lei do Ventre Livre manteve as crianças sob tutela dos senhores até completarem a maioridade ou serem “libertadas” mediante indenização, perpetuando a lógica de dominação sobre os corpos negros. Ao denominar essa data de forma gloriosa, o *Verdade* não ignorava as limitações da lei, mas a usava como símbolo de avanço e como argumento de mobilização — afinal, cada passo legal era parte de um movimento maior rumo à abolição total. Esse enquadramento reforça a ideia de que a luta abolicionista não se restringia apenas à assinatura de leis, mas passava também pela disputa simbólica e pela conquista de mentes e corações.

É oportuno ressaltar que o jornal *Verdade* se empenhou em uma luta contra hegemônica em sua prática de resistência. À luz da compreensão gramsciana (Gramsci, 2001; 2014) a hegemonia é concebida como o resultado da vontade coletiva de um bloco social dominante, articulada por meio de uma determinada perspectiva ideológica. Essa hegemonia, contudo, não se apresenta como uma estrutura fixa ou definitiva; ao contrário, está sempre sujeita à contestação e à resistência de outros grupos sociais. Essa tensão se manifesta

também no campo jornalístico, que pode funcionar tanto como veículo de consolidação da hegemonia quanto como espaço de disputa simbólica e ideológica.

No contexto da cidade de Areia, na segunda metade do século XIX, essa dinâmica torna-se perceptível especialmente com a atuação do jornal *Verdade* (1888–1895). Publicado em um período marcado pela efervescência política e cultural, *Verdade* não apenas refletia os ideais do grupo letrado local — formado majoritariamente por bacharéis e professores ligados ao Lyceu Paraibano e à Faculdade de Direito de Recife — como também os reproduzia e reforçava. Nesse sentido, pode-se argumentar que o jornal contribuía para a manutenção de uma hegemonia letrada e elitista, ao promover valores associados à civilização, às artes e às letras, que se coadunavam com os interesses das camadas dominantes da cidade.

Entretanto, sob uma perspectiva gramsciana mais crítica, seria possível interpretar o *Verdade* também como um espaço potencial de disputa ideológica. Ainda que seu discurso fosse pautado por uma lógica de exaltação cultural e civilizatória — características muitas vezes associadas ao “jornalismo burguês” que Gramsci critica por difundir ideologias de forma dissimulada —, o jornal poderia ter oferecido, em certos momentos, aberturas para debates sobre projetos alternativos de sociedade, sobretudo se analisarmos suas posições diante das transformações do período, como o fim da escravidão e o advento da República.

Assim, o jornalismo praticado pelo *Verdade* pode ser lido, em parte, como um instrumento de legitimação da hegemonia intelectual dos grupos dominantes de Areia, mas também como um espaço no qual se travavam disputas simbólicas e se ensaiavam projetos de reforma moral e intelectual — ainda que restritos a uma elite letrada. Ao posicionar-se criticamente diante de determinados fatos ou ao propor reflexões sobre a cultura e a política local, *Verdade* tocava, ainda que de forma limitada, no papel que Gramsci atribui ao jornalismo contra-hegemônico: a formação de uma opinião consciente e a desestabilização das estruturas de poder vigentes. Nesse sentido, o *Verdade* também se constituiu em um espaço de divulgação de livros e informações capazes de contribuir na formação política e de justiça social da cidade de Areia/PB.

4 DISCURSOS SOBRE LIBERDADE E JUSTIÇA RACIAL

As narrativas do jornal *Verdade* transcendiam a concepção jurídica da abolição, defendendo uma liberdade substantiva que garantisse aos libertos direitos plenos, como educação, trabalho digno, participação política e proteção contra violências estruturais. Essa

visão dialoga criticamente com a colonialidade do poder (Quijano, 2005), que perpetuou hierarquias raciais mesmo após a abolição, e antecipa debates centrais dos estudos decoloniais, como a crítica ao epistemicídio e à invisibilização de saberes negros (Mignolo, 2008; Walsh, 2007).

O periódico denunciava a falsa dicotomia entre "liberdade formal" e "liberdade real", expondo mecanismos de manutenção das desigualdades, como a criminalização da pobreza negra e a precarização laboral. Essa crítica ecoa a análise de Mbembe (2017) sobre as continuidades do racismo colonial, que transformaram a escravidão em novas formas de opressão econômica e social. Os editoriais do jornal *Verdade* reivindicavam:

- a) Educação como emancipação: Alfabetização e formação crítica para romper com a lógica colonial do saber, que inferiorizava corpos e intelectos negros.
- b) Trabalho digno: Rejeição à exploração pós-abolição, defendendo remuneração justa e autonomia econômica.
- c) Direitos políticos: Participação ativa na construção da cidadania, questionando a exclusão dos negros das instituições republicanas.
- d) Proteção jurídica: Combate à violência institucional, como prisões arbitrárias e perseguições por antigos senhores.

Essas demandas refletiam uma ética decolonial em gestação, ao articular resistência política e epistemológica. O jornal funcionava como dispositivo de contra-arquivamento (Ballestrin, 2013), registrando narrativas negras ausentes na historiografia oficial e promovendo uma geopolítica do conhecimento (Mignolo, 2008) centrada nas experiências dos libertos. Ao exigir educação, o jornal *Verdade* confrontava a colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2007), que negava a humanidade plena dos negros, e propunha uma transmodernidade (Dussel, 2000), onde saberes subalternizados reconstruíssem projetos de sociedade.

A luta por justiça racial no periódico também se conectava à justiça informacional (Silva *et al.*, 2021), ao garantir acesso a informações críticas para a autonomia coletiva. O jornal *Verdade* atuava como ferramenta de literacia política, desnaturalizando opressões e fortalecendo a consciência crítica contra o racismo estrutural. Essa prática antecipava princípios contemporâneos da justiça informacional, como:

1. Combate à exclusão epistêmica: Valorização de vozes negras como fontes legítimas de conhecimento.
2. Acesso aberto à informação: Democratização de conteúdos para emancipação comunitária.
3. Práxis antirracista: Uso da informação para dismantelar hierarquias raciais.

Assim, o jornal não apenas denunciava injustiças, mas construía um projeto decolonial embrionário, articulando liberdade, educação e direitos como pilares para descolonizar a cidadania. Suas pautas reverberam nas lutas atuais por justiça racial, lembrando que a abolição foi um marco incompleto, exigindo contínua resistência contra as heranças da colonialidade.

5 PENSAMENTOS E REFLEXÕES

O jornal *Verdade* assumiu um papel que foi além do simples noticiário: tornou-se um instrumento de resistência epistemológica e política, questionando as bases da sociedade colonial e racializada brasileira. Ao reivindicar a cidadania plena para as pessoas libertas, o periódico contribuiu para o enfrentamento do epistemicídio e para a construção de uma memória coletiva de luta e emancipação negra.

Este estudo reforça a importância da imprensa negra como fonte primária para a reconstituição de histórias silenciadas e como referência para os estudos contemporâneos sobre memória, informação e justiça racial.

Estudos futuros poderão investigar como o discurso do jornal *Verdade* ecoou em outros jornais da época e contribuiu para a formação de redes abolicionistas no Nordeste brasileiro.

Os resultados indicam que o jornal *Verdade* não se limitou a relatar fatos históricos, mas desempenhou um papel ativo na construção de discursos sobre liberdade e justiça racial. Ao denunciar a exclusão das pessoas libertas e reivindicar seus direitos, o periódico contribuiu para a resistência contra o epistemicídio e a invisibilização histórica da população negra.

A pesquisa reforça a relevância da imprensa negra no século XIX como um espaço de luta e articulação política, oferecendo subsídios para reflexões sobre a memória e a história da

população afrodescendente no Brasil. Estudos futuros poderão aprofundar a análise sobre a recepção desses discursos e sua influência em outros veículos da época.

Dessa forma é possível e necessária pesquisas que possam fazer comparativas com periódicos que circulam em tempos atuais devido tentar captar, decifrar informações que demonstram mudanças, feitos, avanços ou não e quem sabe ter ao mesmo tempo pode perceber que de uma forma ou outra pessoas ainda permanecem sendo escravizadas. E será que os periódicos atuais preenchem de forma tão forte como o jornal *Verdade* fez em décadas passadas?

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. 453 p.

BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 28 abr. 2025.

BLACK, Kimberly. Justiça social e biblioteconomia e ciência da informação antirracista. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. esp, p. 1-14, 2022.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DUSSEL, Enrique. Europa, mordenidad y eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (coord.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FROHMANN, Bernd. The power of images: A discourse analysis of the cognitive viewpoint. **Journal of Documentation**, [S. l.], v. 50, n. 4, p. 365-386, 1992. Acesso: 11 ago. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v.2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v.1.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

HOLMES, Karina Ceci de Sousa; OLIVEIRA, Maria Bernardina Juvenal Freire de. Arquivo pessoal como extensor da memória individual e coletiva. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais [...]**. São Paulo: ANCIB, 2023. Disponível em:
<https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1887/1308>
Acesso: 11 ago. 2025.

HOMENAGEM. **Jornal Verdade**, Areia, 28 set. 1888, ano I, n. 40, p. 1.

JOHNSON, Jeffrey Alan A. **Toward Information Justice: technology, politics, and policy for data in Higher Education Administration**. Orem, TUT: Springer, 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramon (coord.). **El giro decolonial: reflexiones para uma diversidade epistêmica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. Disponível em:
<http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2020/09/El-giro-decolonial-1.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MATHIESEN, Kay. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. **Library Trends**, Illinois, v. 64, n. 2, p. 198–225, 2015.

MIGNOLO, Walter. **Epistemologia do Sul: o pensamento fronteiriço e colonialidade global**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

QUEIROZ, Ivandro Batista de. **Sonhos de uma liberdade republicana, nas páginas do Jornal Verdade, Areia: PB (1888-1892)**. 2021. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2021. Disponível em:
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/23494> Acesso em: 10 de jan. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: Lander, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês *et al.* Justiça social e população negra: um olhar teórico-crítico para Competência em Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 129-162, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/40060>. Acesso em 13 abr. 2025.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e colonialidade do poder: um olhar a partir do campo da educação. **Revista Nômad**s, Bogotá, n. 26, p. 102-113, 2007.